

**ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS  
ACIONISTAS DA COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN,  
REALIZADA EM 27/04/2012**

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e doze, às nove horas, na sede social da CESAN, localizada no terceiro pavimento do Ed. BEMGE, na Avenida Governador Bley, 186, nesta Capital do Estado do Espírito Santo, reuniram-se em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, regularmente convocadas por Edital publicado no "Diário Oficial do Estado do Espírito Santo" nos dias 19, 20 e 23 de abril e nos Jornais "A Tribuna" e "A GAZETA" nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 2012, os Senhores representantes dos acionistas da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, a saber: A Dr<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Pimenta, Procuradora do Estado, representando o Estado do Espírito Santo, o Sr. Paulo dos Santos Barbosa, representando a ADERES - Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo, que conforme Decreto nº 2942-R de 09 de Janeiro de 2012 passou a ser denominada Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - ADERES, a Sr<sup>a</sup> Adriana Alves Netto, representando a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial - SUPPIN, além dos acionistas minoritários, os Senhores: José Álvares Paiva e representando por procuração os acionistas Jair Bozi e Sandra Maria Tose Paiva, Arnaldo Amorim dos Santos, Edson Luiz Bermudes Ferreira, José Maria Lemos Saiter - representando o acionista Reginaldo Cometti e o Sr. André Rosetti Bresciani acionista minoritário e representando o Conselho Fiscal. Presente também o Diretor Presidente da CESAN, Sr. Neivaldo Bragato e o Auditor Externo - Sr. Carlos José Rodrigues, CRC-MG 07047-0/3, representando a **KPMG Auditores Independentes**, conforme assinaturas apostas no livro de presenças e cujas credenciais ficam arquivadas. Assumindo a presidência da Assembléia na forma estatutária, o Senhor Neivaldo Bragato, convidou a mim, Maria Angela Zorzal, para secretariar os trabalhos. Instaladas as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, por unanimidade, foi dispensada pelos Senhores Acionistas a transcrição nesta Ata do pertinente Edital. Em seguida, o Presidente da Assembléia procedeu a abertura dos trabalhos da Assembléia Geral Ordinária passando a Ordem do Dia, item 1 letra "a" do Edital: - **"Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2011, Pareceres dos Conselhos Fiscal e de Administração e do Auditor Independente"**, documentos esses publicados nos Jornais "A GAZETA" e "A TRIBUNA" e no "Diário Oficial do Estado do Espírito Santo" no dia 26 de abril do ano de 2012, em consonância com o disposto no Artigo 132, item 1 da Lei 6.404 de 1976 e que haviam ficado à disposição dos acionistas pelo prazo legal. Posta a matéria em discussão e prestados os devidos esclarecimentos a Dr<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Pimenta, Procuradora do Estado, representando o Estado do Espírito Santo, votou pela aprovação da matéria nos termos dos Pareceres dos Conselhos Fiscal e de Administração e do Auditor Independente, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Senhores Acionistas presentes. Sequenciando os trabalhos, o Presidente da Assembléia passou então ao item 1 letra "b" do Edital: **"Apreciação da Proposta para aumento de Capital Social e destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2011. "Proposta para aumento de capital social, destinação do resultado do exercício de 2011 e da participação dos empregados, conforme segue: À Assembléia Geral Ordinária (AGO) dos Acionistas: 1. Destinação do resultado do exercício de 2011, no valor de R\$ 32.411.185,93, assim distribuídos: a) Reserva Legal: 5% para Reserva Legal, de acordo com o Artigo**



193 da Lei 6.404/76 e do Artigo 30 letra "a" do Estatuto Social da Companhia, no valor de **R\$ 1.620.559,30**; **b) Distribuição de Dividendos: Distribuição de Dividendos sobre a forma de pagamento de juros sobre Capital Próprio, no valor de R\$ 19.000.000,00** c) Reserva para Investimentos composta de **R\$ 6.994.617,93**, sendo: **c.1) R\$ 2.352.291,03** relativo a constituição da reserva legal para investimento apurada no exercício de 2011 e **c.2) R\$ 4.642.326,90** relativo ao valor remanescente da conta Lucros Acumulados oriundo da realização da reserva de reavaliação. **d) Distribuição a título de participação dos empregados, de R\$ 7.939.528,38. Aumento de capital com utilização de recursos provenientes de:** **a) Reserva para investimento constante da letra "c" do item acima, oriunda do resultado do exercício de 2011 e valor remanescente da conta lucros acumulados oriundo da realização da reserva de reavaliação, no valor de R\$ 18.785.244,56; b) Parcela referente a juros sobre capital próprio constante da letra "b" acima, oriunda do resultado do exercício de 2011, dos acionistas Governo do Estado do Espírito Santo, ADERES e SUPPIN, no valor de R\$ 18.914.073,00 e c) Crédito referente a aporte de recursos do Governo do Estado no valor de R\$ 34.642.867,00. Também será incorporado ao Capital Social do Governo do Estado do Espírito Santo, o crédito referente a aporte de recursos referentes ao Projeto Aguas Limpas, no valor de R\$ 24.445.189,61. O valor relacionado na letra "a" será distribuído proporcionalmente à participação acionária de todos os acionistas. O valor relacionado na letra "b" será distribuído proporcionalmente à participação acionária dos acionistas: Governo do Estado do Espírito Santo, ADERES e SUPPIN. Quanto ao valor de juros sobre capital próprio dos acionistas minoritários, por decisão desta Assembleia, não será incorporado ao capital, visto terem optado pelo seu recebimento. O valor relacionado na letra "c" será incorporado exclusivamente ao capital do Governo do Estado. Questionado aos demais acionistas sobre o interesse do exercício do direito de subscrição de capital até o mesmo percentual incorporado pelo Governo do Estado, manifestou-se o acionista José Alves Paiva, requerendo o prazo de 30 dias após a publicação do balanço para tal manifestação. Ante tais decisões, o capital social da CESAN passa a ser de **R\$ 1.123.874.593,00** (Um bilhão, cento e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais), representado por 1.123.874.593 (Um bilhão, cento e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três) ações, assim distribuídas: **01 - Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo - ADERES - R\$ 237.095.080,00 - 237.095.080 ações - 21,096222%; 02 - Governo do Estado do Espírito Santo - R\$ 879.552.811,00 - 879.552.811 ações - 78,260761%; 03 - Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial - SUPPIN - R\$ 2.830.790,00 - 2.830.790 ações - 0,251878 %; 04 - José Alves Paiva - R\$ 1.649.300,00 - 1.649.300 ações - 0,146751%; 05 - André Rosetti Bresciani - R\$ 553.060,00 - 553.060 ações - 0,049210%; 06 - Edson Luiz Bermudes Ferreira - R\$ 548.026,00 - 548.026 ações - 0,048762%; 07 - Arnaldo Amorim dos Santos - R\$ 548.026,00 - 548.026 ações - 0,048762%; 08 - Jayr Bosi - R\$ 548.026,00 - 548.026 ações - 0,048762%; 09 - Reginaldo Cometti - R\$ 274.012,00 - 274.012 ações - 0,024381%; 10 - Sandra Maria Tose Paiva - R\$ 274.012,00 - 274.012 ações - 0,024381%; 11 - COHAB-ES - Cooperativa Habitacional (em liquidação) - R\$ 887,00 - 887 ações - 0,000079%; 12 - Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim - R\$ 274,00 - 374 ações - 0,000033%; 12 - Cooperativa Leiteira - R\$ 188,00 - 188 ações - 0,000017%.** **3. Quanto a destinação do valor de R\$ 7.939.528,38 é feita em consonância com o Art. 30 letra "d" do Estatuto Social da CESAN, e corresponde ao percentual de aproximadamente 11,13% (onze virgula treze por cento)****



do lucro líquido do exercício, a título de participação dos empregados nos lucros da Companhia. O valor da remuneração dos empregados será distribuída na proporção de 02 (dois) salários base para todos empregados, respeitada a proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2011, acrescido de um abono especial de R\$ 250,00 para cada um dos empregados conforme Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011. Esclareceu o Presidente da Assembléia que o Senhor Governador do Estado enviou à CESAN a autorização do Governo do Estado, para destinação do resultado do Exercício de 2011. A Dr<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Pimenta, Procuradora do Estado, representando o Estado do Espírito Santo, propôs a aprovação da matéria, sendo os itens aprovados por unanimidade de votos, passando-se ao item 1 letra "c" do Edital: **"Eleição de Membros do Conselho de Administração e Fiscal"**. A Dr<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Pimenta, Procuradora do Estado, manifestou-se apresentando o Of. G nº 072/12 do Governador do Estado indicando o Sr. Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, como membro efetivo do Conselho de Administração da CESAN, em função do pedido de Renúncia apresentado pelo conselheiro Paulo Ruy Valim Carnelli. O que foi aprovado para complementação do mandato do seu antecessor. Consultado o representante dos acionistas minoritários o mesmo se manifestou sobre a não alteração da composição dos Conselheiros. **Desta forma o Conselho de Administração para até abril/2014 ficou assim constituído:** **Efetivo:** Iranilson Casado Pontes, brasileiro, casado, administrador, CPF 763.048.177-20, CI 431.124 – SSPES, residente à Rua Itaguaçu, 21 – Apto 201, Praia de Itaparica – Vila Velha – ES, CEP 29.102.070; **Suplente:** Carlos Roberto de Lima, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 474.726.267-91, CI.199.307-SSP/ES, residente à Rua Maria Heleonora Pereira nº 162, Jardim da Penna – Vitória – ES, CEP 29.060.180. **Membro Efetivo Nato:** Neivaldo Bragato, brasileiro, divorciado, economista, CPF 449.968.457-91, CI 266.708-SSP/ES, residente à Av. Desembargador Dermeval Lirio, 570, Aptº 103, Ed. Linden Gardens – Mata da Praia, Vitória – ES, CEP 29.065.340; **Suplente:** Carlos Fernando Martinelli, brasileiro, casado, engenheiro, CPF Nº 342.429.707-06, CI 001667/D – CREA-ES, Residente à Rua Almirante Soído, nº 410, Aptº 501 – Praia de Santa Helena - Vitória –ES, CEP: 29-055-020. **Efetivo:** Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, brasileiro, casado, farmacêutico, CPF 450.054.947-15, CI 30-8043, residente à Rua Constante Sodré, nº 932, Aptº 601, Praia do Canto – Vitória-ES, CEP: 29.055-420. **Suplente:** Aladim Fernando Cerqueira, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, CPF 830.948.907-25, CI 660049 – SSP/ES, residente à Rua Francisco Rubim, 188 - Ed. Pedro Feu Rosa, Aptº 301 – Bento Ferreira – Vitória/ES, CEP: 29.050-680. **Efetivo:** Elizabeth Maria Dalcolmo Simão, brasileira, casada, jornalista, CPF 579.429.607-06, CI 303.394 SPTC/ES, residente à Rua Constante Sodré nº 1195 – Praia do Canto – Vitória – ES, CEP 29.055-420. **Suplente:** Valdir Klug, brasileiro, casado, advogado, CPF 252.411.337-04, CI 199.308 – SSP-ES, residente à Av. Cezar Hilal, nº 931 – Ed. Hawaii, Aptº 1502, Bento Ferreira, Vitória – ES – CEP. 29.050.659. **Membro Efetivo representante dos Minoritários:** José Alves Paiva, brasileiro, casado, administrador, CPF 049.800.347-72, CI 1891.354 - IFP-RJ, residente à Rua Desembargador Augusto Botelho, nº 556/901 – Praia da Costa – Vila Velha-ES, CEP 29.101.110; **Suplente:** Flávia Coutinho Paiva, brasileira, casada, bacharel em direito, CPF 069.163.717-22, CI 1.193.563 – SSP-ES, residente à Av. São Paulo, 1270, Aptº 904-Praia da Costa - Vila Velha-ES, CEP 29.101.308. **Membro Efetivo Representante dos Empregados:** Adailson Freire da Costa, brasileiro, casado, CPF 719.771.39787, CI 535.283 – SPTC-ES, residente à Rua Aracruz, nº 58, Bairro Barcelona, Município da Serra/ES, CEP: 29.166.080, **Suplente:** Lincoln Pacelli Belfi, brasileiro, casado, CPF 873. 200.617-91,



CI:659.239 – SSP-ES, residente à Av. Maruípe, nº 468 – Bairro Santa Cecília, Vitória/ES, CEP:29.043.272. Quanto ao Conselho Fiscal a Drª Daniela Ribeiro Pimenta, Procuradora do Estado, manifestou-se apresentando o Of. G nº 040/12 do Governador do Estado indicando o Sr. Tyago Ribeiro Hoffmann e a Srª Valésia Perozini Inácio, como membros efetivos do Conselho Fiscal em substituição aos Srs. Sérgio da Cunha Rodrigues e Miguel dos Santos Costa, respectivamente, informando que os suplentes Emílio Simão Dias Vieira e Walfredo Silva do Rego serão reeleitos. Consultados os acionistas minoritários, os mesmos indicaram os Senhores Edson Luiz Bermudes Ferreira como efetivo e André Rosetti Bresciani, como membro suplente. **Após tais decisões, o Conselho Fiscal da CESAN para o mandato abril/2012 a abril/2013 ficou assim constituído:** **Efetivo:** Tyago Ribeiro Hoffmann, brasileiro, casado, economista, CPF 081284767-93, CI 1568429 –SSP-ES, residente à Rua Waldir Soares de Mello, 220 – Ap. 301- Ed. Notting Hill – Jardim Camburi – CEP.:29092-020. **Suplente:** Emílio Simão Dias Vieira, brasileiro, casado, administrador, CPF Nº 488.786.267-91, RG: 0271- CRA-ES, residente à Rua Belo Horizonte, nº 165, Ed. Belleville, Aptº 1002 – Itapuã – Vila Velha – ES - CEP 29101-605. **Efetivo:** Valésia Perozini Inacio, Brasileira, solteira, advogada, CPF 915.934.767-87, CI 735.006 - SSP/ES, residente à Rua Desembargador Antonio Tapias, 35, Edf. Pajuçara, 204, Jardim Camburi, Vitória/ES - CEP. 29.090-615. **Suplente:** Walfredo Silva do Rego, brasileiro, separado judicialmente, técnico em contabilidade, CRC Nº 009.175/O-8 – CRC-ES, CPF Nº 007.947.607-40, RG 1016.957-ES, residente à Av. Santo Antonio, nº 199, Bairro Santo Antonio – Vitória – ES - CEP 29026-170. **Efetivo:** Edson Luiz Bermudes Ferreira, brasileiro, casado, aposentado, técnico em contabilidade, CPF Nº 156.229.836-49, CI nº 153.716-ES, residente à Av. Cesar Hilal, 1181/1205, Vitória-ES - CEP: 29.052-231. **Suplente:** André Rosetti Bresciani, brasileiro, casado, aposentado, Economista, CPF 050.962.007-87, CI nº 110.077, residente à Rua Chafic Murad nº 54/401 – Edifício Paraná, Bento Ferreira – Vitória – ES - CEP: 29.050-650. Na sequência o Presidente da Assembléia, passou então ao item 1 letra “d” **“Assuntos Gerais”**, franqueada a palavra dela fez uso Presidente da Assembléia informando que realizou pesquisa junto ao BANESTES e BANDES sobre o JETON pago aos Conselheiros de Administração e Fiscal, apurando valor equivalente atualmente a R\$ 5.350,73 e R\$ 2.675,46 respectivamente. Informou também que o atual JETON dos Conselhos da CESAN equivalente a **13%** (treze por cento) da média mensal da remuneração da Diretoria da CESAN. Para obtenção do valor, são consideradas as rubricas relativas aos honorários mensais, gratificação de Diretor, licença anual remunerada (1/12) e parcela honorária natalina (1/12), que atualmente é de **R\$ 2.744,83**. A proposta é de que se mantenha o critério da correlação entre a média da remuneração da Diretoria da CESAN, nos exatos termos já aprovados na AGO de 07/04/2009, porém adotando percentuais de equivalência diferenciados para os Conselhos, como a seguir: **“Fica assegurado aos membros do Conselho de Administração e aos membros do Conselho Fiscal da Companhia, o recebimento mensal a título de JETON, das quantias equivalentes respectivamente a 20% (vinte por cento) e 13% (treze por cento) da média mensal da remuneração da Diretoria da CESAN. Para obtenção do valor, deverão ser consideradas as seguintes rubricas: honorários mensais, gratificação de Diretor, licença anual remunerada (1/12) e parcela honorária natalina (1/12).O valor do JETON será pago de acordo com a participação dos Conselheiros às reuniões mensais registradas em livros de atas, rateadas em função da quantidade de reuniões realizadas no mês e de acordo com a proporcionalidade do comparecimento de cada**



**conselheiro, estando referido pagamento limitado ao teto de um JETON por mês.** Em sendo aprovada a revisão, o valor do JETON para os membros do Conselho de Administração passará de R\$ 2.744,83 para R\$ 4.222,00 (quatro mil, duzentos e vinte e dois reais), permanecendo inalterado o do Conselho Fiscal em R\$ 2.744,83. Posta a matéria em discussão a Dr<sup>a</sup> Daniela Ribeiro Pimenta, Procuradora do Estado, representando o Estado do Espírito Santo, votou pela aprovação da matéria nos termos da manifestação do Governo do Estado, sendo aprovada por unanimidade de votos dos Senhores Acionistas presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Neivaldo Bragato deu por encerrada à Assembléia Geral Ordinária. Passou-se então a tratar dos assuntos referentes à Assembléia Geral Extraordinária. A seguir, foi discutido o item 2 letra "a" do Edital: **"Alteração do Estatuto Social, no tocante aos Artigos 2º objeto e 4º – Alteração do Capital Social"**. O Presidente esclareceu que considerando o art. 2º caput da Lei 9772/2011, que estende à CESAN a possibilidade de participar do bloco de controle ou do capital de outras sociedades, bem como constituir subsidiárias, associar-se majoritariamente e minoritariamente e outras empresas coligadas ao setor de saneamento básico, em qualquer localidade do Brasil e do Exterior, bem como a formar consórcio com outras empresas, é necessária a adequação do Estatuto a esta nova regra. Desta forma o artigo 2º passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 2º - O objetivo da Companhia é o de planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar industrialmente serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, realizando estudos, projetos, construção, operação, expansão, distribuição, manutenção e comercialização destes serviços, bem como qualquer atividade outra afim, podendo ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, atuar nos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, incumbindo-lhe especialmente: (...)." As alíneas de "a" a "n", permanecem como redigidas, sendo inseridas as alíneas "o" e "p", conforme a seguir: "o) participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades, bem como constituir subsidiárias, que poderão se associar, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas ligadas ao setor de saneamento básico, em qualquer localidade do Brasil ou do Exterior;" "p) formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, inclusive com outras companhias estaduais ou municipais de saneamento básico, na condição ou não de empresa-líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados aos serviços de saneamento básico. Parágrafo único: As subsidiárias de que trata a alínea "o" deste artigo deverão ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, Lei Federal nº 6.404, de 15.12.1976, de modo a limitar a responsabilidade dos respectivos sócios à parcela do capital subscrito, e estão autorizadas a formar consórcios, nas mesmas condições descritas na alínea "p".** O Presidente da Assembléia esclareceu ainda que considerando a aprovação da proposta do aumento de capital constante dos itens anteriores, o Artigo 4º do Estatuto Social da CESAN passará a ter a seguinte redação: **Art. 4º – O capital Social é de R\$ 1.123.874.593 (Um bilhão, cento e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais), divididos em ações ordinárias de valor nominal em R\$1,00 (um real) cada, podendo ser representadas por títulos e provisoriamente por cautelares, respondendo pelas despesas o acionista que solicitar tal providência.** Posto em discussão e votação o item foi aprovado por unanimidade de votos, passando-se ao item 2 letra "b" do Edital: **"Assuntos Gerais"**. Franqueada a palavra dela fez uso o Presidente da Assembléia, informando que em face da alteração do artigo 2º e em suas alíneas "o" e "p", torna-se necessário, para resguardar interesses dos empregados junto a FAECES, a inclusão de mais um artigo no estatuto social com a seguinte redação: ...Art. 34 – As



alterações e adaptações na forma de atuação da CESAN, decorrentes da Lei nº 9.772, de 28/12/2011, não poderão acarretar quaisquer prejuízos ou restrições aos direitos assegurados aos associados da FAECES. Desta forma os artigos serão renumerados e o 34 atual passa a ser o de nº 35. Posto em discussão e votação o item foi aprovado por unanimidade de votos. O Presidente da Assembléia agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão às onze horas, pelo que eu, Maria Angela Zorzal, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo representante do Estado, ADERES, SUPPIN, Acionistas Minoritários, Presidente da Assembléia e Secretária.

Assinaram a presente ata: a Drª Daniela Ribeiro Pimenta – Procuradora do Estado representando o Estado do Espírito Santo; o Sr. Paulo dos Santos Barbosa – representando a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo – ADERES; a Srª Adriana Alves Netto – representando a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial – SUPPIN, José Alves Paiva – Acionista e representando por procuração os acionistas Jair Bozi e Sandra Maria Tose Paiva, Arnaldo Amorim dos Santos - Acionista, Edson Luiz Bermudes Ferreira - Acionista, José Maria Lemos Saiter – representando o acionista Reginaldo Cometti por procuração, o Sr. André Rosetti Bresciani - acionista, o Sr. Neivaldo Bragato – Presidente da Assembléia e Maria Angela Zorzal – Secretária da Mesa.

Declaro para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da CESAN, realizada no dia 27 de Abril de 2012, lavrada às folhas 011, 012, 013, 014, 015 e 016 do Livro de Atas da CESAN.

Vitória, 08 de maio de 2012

  
Neivaldo Bragato  
Presidente da Assembléia

  
Maria Angela Zorzal  
Secretária da Mesa

**JUNTA COMERCIAL DO EST. ESP. SANTO**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/05/2012 SOB Nº: 20120374013  
Protocolo: 12/037401-3, DE 15/05/2012  
Empresa: 32 3 0000138 6  
COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE  
SANEAMENTO - CESAN  
  
PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETARIO-GERAL

**CART. SARLO REG. CIVIL E TABELIONATO**  
Av. N. Sra da Penha, 549, Lj 1,  
Tel. (27) 2124-9500 Vitória-ES  
CGC 27.744.663/0001-77  
Reconheço e dou fé por semelhança a(s)  
firma(s) de:  
00815602-05-NEIVALDO BRAGATO, MARIA  
ANGELA ZORZAL, .....  
Em testemunho da verdade  
Vitória-ES, 17 de maio de 2012  
Liliana Marcia de Sousa  
Escritora  
Emolumentos R\$: 7,06 Taxas R\$: 1,22  
Total R\$: 8,28 - 10:19:58  
Selo: 024661.P0Z1211.01078  
consulte autenticidade: www.tjes.jus.br



**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN - é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual número 2.282, de 08 de fevereiro de 1967, alterada pelas leis 2.295/67, nº 4.809/93, nº 6.863/01, nº 6.679/01, nº 7.734/04, nº 9.096/08, 9.772/2011 e regulamentada pelo Decreto nº 2.575, de 11 de setembro de 1967, para o exercício das atividades relacionadas com os serviços públicos de água e esgotos sanitários, com sede e foro na cidade de Vitória, Capital do Espírito Santo, regida por este Estatuto e pela legislação aplicável.

**Parágrafo Único** - A Companhia poderá instalar ou suprimir agências, seções e escritórios em qualquer parte do território do Estado do Espírito Santo.

**Artigo 2º** - O objetivo da Companhia é o de planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar e explorar industrialmente serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, realizando estudos, projetos, construção, operação, expansão, distribuição, manutenção e comercialização destes serviços, bem como qualquer atividade outra afim, podendo ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, atuar nos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, incumbindo-lhe especialmente:

- a) promover investigações, pesquisas, levantamentos, estudos econômicos e financeiros relacionados com seus objetivos sociais;
- b) exercer quaisquer atividades de aperfeiçoamento, operação e manutenção dos serviços;
- c) fixar tarifas dos diversos serviços, determinadas conforme custos dos serviços compreendendo as despesas de exploração, quotas de depreciação e amortização de despesas e remuneração do investimento reconhecido;
- d) elaborar e executar seus planos de ação e investimentos, tendo por objetivo a realização de uma política de saneamento que contribua para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado;
- e) prestar serviços técnicos, industriais e de consultoria, remunerados, inclusive a particulares, ligados ao seu objetivo principal;
- f) promover desapropriações, servidões e encampações dos bens e contratos declarados de utilidade pública pelo Poder Executivo para execução dos Planos de Saneamento do Estado e propor desapropriações necessárias à sua finalidade e objetivo;
- g) promover a encampação de serviços de água, esgotos e quaisquer outros serviços relacionados com sua finalidade;
- h) firmar convênios, acordos e contratos, necessários ao desempenho das atividades da Empresa;
- i) receber auxílios e doações;
- j) contrair obrigações de empréstimos e financiamentos, inclusive com a garantia do Estado;
- l) subscrever, sempre que possível, a maioria das ações de sociedade de caráter local, dentro do Estado, com o mesmo objetivo;
- m) executar outros encargos não enunciados neste artigo que, por sua natureza, se enquadrarem nas finalidades da Companhia, ou que a esta eventualmente sejam atribuídos pela Assembléia Geral.
- n) cumprir a política de saneamento formulada pelo órgão competente e divulgá-la, através de programas educativos;

o) participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades, bem como constituir subsidiárias, que poderão se associar, majoritariamente ou minoritariamente, a outras empresas ligadas ao setor de saneamento básico, em qualquer localidade do Brasil ou do Exterior;

p) formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, inclusive com outras companhias estaduais ou municipais de saneamento básico, na condição ou não de empresa-líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados aos serviços de saneamento básico.

**Parágrafo único:** As subsidiárias de que trata a alínea "o" deste artigo deverão ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, Lei Federal nº 6.404, de 15.12.1976, de modo a limitar a responsabilidade dos respectivos sócios à parcela do capital subscrito, e estão autorizadas a formar consórcios, nas mesmas condições descritas na alínea "p".

**Artigo 3º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

**Artigo 4º** - O Capital Social é de R\$ 1.123.874.593 (Um bilhão, cento e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quinhentos e noventa e três reais), divididos em ações ordinárias de valor nominal em R\$1,00 (um real) cada, podendo ser representadas por títulos e provisoriamente por cautelares, respondendo pelas despesas o acionista que solicitar tal providência.

**Artigo 5º**- A Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo - ADERES, empresa pública estadual instituída pela Lei nº 5.303, de 16/12/96 e o Governo do Estado manterão sempre, em conjunto, no mínimo, 51.00 % (cinquenta e um inteiros por cento) das ações representativas do Capital Social.

**Artigo 6º** - No caso de aumento de Capital, é assegurado ao acionista o direito de preferência para subscrição, sendo facultada a integralização, parceladamente, mediante o depósito de 10%(dez por cento) do total subscrito, ficando o restante a ser realizado no prazo de 6(seis) meses, contados da data da respectiva subscrição. Fica fixado em 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da Assembléia que lhe der causa, o prazo decadencial para exercício do referido direito.

**Artigo 7º** - Cada ação, indivisível em relação à sociedade, dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E DELIBERAÇÃO**

**Artigo 8º** – São órgãos da sociedade:

- a) Assembleia Geral dos Acionistas;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Diretoria.



SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Artigo 9º** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente em um dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, quando convocada, observadas as prescrições legais e estatutárias.

**Artigo 10º**- As Assembléias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou seu substituto e secretariados por pessoa de sua livre escolha.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 11º** - O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) suplentes, sendo 4 (quatro) representantes do Estado do Espírito Santo, acionista majoritário, sendo o diretor Presidente da CESAN membro nato e 1 (um) dos demais diretores da Empresa, a ser indicado pelo Diretor Presidente, seu substituto natural. Fica assegurada ainda a participação de 1 (um) acionista minoritário e seu respectivo suplente e a participação de 1 (um) representante dos empregados e seu respectivo suplente, escolhidos em eleição direta, pelos empregados da CESAN, ambas garantidas em lei, com mandato de 3 (três) anos, coincidentes com o da Diretoria, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo primeiro:** Em sua primeira reunião o Conselho de Administração elegerá, por maioria simples de votos, seu Presidente, escolhendo, pelo mesmo processo, o substituto eventual.

**Parágrafo segundo:** Os Conselheiros suplentes substituirão os respectivos titulares em suas eventuais ausências e impedimentos e, no caso de vacância, até que se proceda à respectiva substituição.

**Parágrafo terceiro:** No caso de vacância de qualquer cargo de conselheiro efetivo, o mesmo será substituído por seu suplente, através de convocação do Presidente do Conselho de Administração, até a realização da Assembléia Geral seguinte, que deverá eleger o Conselheiro substituto para o período restante do mandato do antigo Conselheiro.

**Parágrafo quarto:** O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente ou pelo Diretor Presidente da sociedade, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo quinto:** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, contendo a pauta de matérias a tratar, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação se estiverem presentes todos os seus membros titulares, ou os respectivos suplentes.

**Parágrafo sexto:** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês, na sede da Empresa ou excepcionalmente em outro local, desde que justificada e extraordinariamente, mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo obrigatória a presença mínima de 2/3 (dois terços).

**Parágrafo sétimo:** O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos de seus membros, tendo o seu presidente, além do voto pessoal o de qualidade.



**Parágrafo oitavo:** Em garantia de sua gestão cada Membro do Conselho de Administração, antes de entrar no exercício do cargo, caucionará na Tesouraria da CESAN, R\$ 500,00 (quinhentos reais), equivalente a transferência de ações do Acionista Majoritário ou de terceiros para seu nome. Tais ações serão automaticamente revertidas à sua origem, após aprovação dos atos e contas de sua gestão pela Assembléia Geral e o valor equivalente disponibilizado na tesouraria da CESAN.

**Artigo 12º** - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos, mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas, até 30(trinta) dias após a eleição.

**Parágrafo Único** - O "jeton" dos membros do Conselho de Administração será fixado pela Assembléia Geral.

**Artigo 13º - Além da competência legal, ao Conselho de Administração compete à aprovação prévia de:**

- a) planos e programas de trabalho, bem como o orçamento de despesas e o de investimento e suas alterações significativas;
- b) intenções de contratação de empréstimos, aprovação de convênios, acordos, contratos e outras que resultem em endividamento, dentro dos limites estabelecidos em Deliberação própria;
- c) atos de organização que introduzam alterações de substância no modelo organizacional formal da Companhia;
- d) tarifas e preços, inclusive seus reajustes periódicos relativos aos serviços prestados pela Companhia;
- e) atos de desapropriações e normas que disciplinem a aquisição, alienação, distribuição e controle de bens móveis e imóveis, bem como a execução de obras e a realização de seguros dos prédios e outros bens da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão da Diretoria, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos administrativos que julgar de seu interesse;
- g) balanços e demonstrativos de prestação de contas e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários;
- h) extinção ou criação de órgãos, cargos ou funções, bem como o quadro anual de pessoal e seus níveis de salários e gratificações;
- i) homologação dos honorários e gratificação da Diretoria, bem como a concessão de outros benefícios não pecuniários, em Deliberação própria;
- j) doações, publicações classificadas como propaganda, promoções e patrocínios, dentro dos limites estabelecidos em Deliberação própria.

**Parágrafo Único - Compete, ainda, ao Conselho de Administração:**

- a) analisar os relatórios de execução e determinar providências que assegurem a consecução dos objetivos da Companhia;
- b) resolver os casos que lhe forem submetidos pela Diretoria ou determinados pela Assembléia Geral;
- c) autorizar a prestação de outros serviços técnicos e industriais remunerados;



- d) fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, as leis, o Estatuto e os Regulamentos a que estiver sujeita a Companhia;
- e) colaborar, em assuntos relacionados com suas finalidades, com órgãos federais, estaduais ou municipais e entidades ou empresas privadas;
- f) Escolher e destituir os auditores independentes, observada a legislação pertinente e as cláusulas contratuais;
- g) examinar, como autoridade superior, as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dentro dos limites estabelecidos em Deliberação própria;
- h) interpretar os casos omissos neste Estatuto.

### **SEÇÃO III**

#### **DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 14º** - O Conselho Fiscal, que funcionará em caráter permanente, com as atribuições fixadas em lei, é composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente em Assembléia Geral.

**Parágrafo primeiro** - No caso de impedimento ou vaga de membro do Conselho Fiscal, será convocado o respectivo suplente.

**Parágrafo segundo** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os elege, observado o prescrito na Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**Parágrafo terceiro** - O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidos em lei.

### **SEÇÃO IV**

#### **DA DIRETORIA**

**Artigo 15º** - A administração da sociedade será exercida por uma Diretoria composta de 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração pelo período de 3(três) anos, facultada a reeleição.

**Parágrafo primeiro** - A Diretoria compõe-se de Diretor Presidente, Diretor de Relações com o Cliente, Diretor de Operação Metropolitana, Diretor de Operação do Interior e Diretor de Meio Ambiente, os quais serão empossados mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

**Parágrafo segundo** - Vencido o mandato, continuará a Diretoria no exercício de suas funções até a posse da nova Diretoria.

**Parágrafo terceiro** - Em garantia de sua gestão cada Diretor, antes de entrar no exercício do cargo, caucionará na Tesouraria da CESAN, R\$ 500,00 (quinhentos reais), os quais somente serão liberados após aprovação dos atos e contas de sua gestão pela Assembléia Geral.



**Artigo 16º - A substituição dos Diretores nos impedimentos temporários processar-se-á da seguinte forma:**

a) do Diretor Presidente pelo Diretor de Relações com o Cliente e no impedimento deste, pelo Diretor de Operação Metropolitana ou Diretor de Operação do Interior e no impedimento deste último, pelo Diretor de Meio Ambiente.

b) a de cada um dos demais Diretores, pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor de Relações com o Cliente ou por empregado da Companhia indicado pelo Diretor Presidente, após aprovação da Diretoria, e neste caso, com homologação do Conselho de Administração.

**Artigo 17º -** Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, o Diretor Presidente convocará o Conselho de Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de responsabilidade, para eleger o substituto, que poderá ser empregado da Companhia, que cumprirá o restante do mandato.

**Artigo 18º -** Além dos casos de morte, renúncia e impedimentos definitivos, considerar-se-á vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada ou licença, deixar o respectivo exercício por mais de 30(trinta) dias consecutivos ou 60(sessenta) intercalados.

**Parágrafo primeiro -** Se vagarem os 5 (cinco) cargos ao mesmo tempo, o Conselho de Administração elegerá os novos Diretores, para cumprimento do restante do mandato.

**Parágrafo segundo -** A cada 12 (doze) meses de efetivo exercício do cargo, cada membro da Diretoria, empregado ou não, poderá se licenciar pelo período de até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, com percepção única e exclusiva de seus honorários, vedada a sua conversão em pecúnia, devendo a licença ser precedida de registro no livro de atas de reunião da Diretoria, com comunicação a Gerência de Recurso Humanos.

**Parágrafo terceiro -** O Diretor terá o prazo de até o 11º mês do período subsequente ao do efetivo direito de licença, para gozá-la. Caso não o faça, perderá o direito referente àquele período, vedada a conversão em pecúnia. Excetua-se da vedação de conversão em pecúnia, o período de licença, total ou proporcional, a que fizer jus o membro da Diretoria, relativo ao período que antecede sua destituição.

**Parágrafo quarto -** As licenças dos Diretores serão concedidas pela Diretoria.

**Artigo 19º -** A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente quando convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros.

**Parágrafo Único -** As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

**Artigo 20º -** Os Diretores perceberão a remuneração mensal fixada pelo Conselho de Administração, fixada através de Deliberação própria, observadas as prescrições legais.

**Parágrafo Único -** É facultado ao empregado da CESAN, que for eleito membro de sua Diretoria, optar pelo recebimento do salário de cargo efetivo acrescido das vantagens de caráter pessoal, inclusive a gratificação prevista na Lei no. 4.090, de 13 de julho de 1962 e Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

**Artigo 21º - Compete à Diretoria:**

- a) estabelecer, mediante resoluções, a orientação e os planos para desempenho dos negócios sociais;
- b) elaborar os planos anuais de trabalho;



- c) elaborar o Regimento Interno da Companhia, submetendo-o ao Conselho de Administração;
- d) resolver os casos de natureza urgente que consultem os interesses da Companhia, "ad-referendum" do Conselho de Administração;
- e) designar o substituto de Diretor, no caso da alínea "b" do art. 16;
- f) decidir sobre a convocação das Assembléias Gerais;
- g) encaminhar a cada reunião do Conselho de Administração, relação dos Convênios, acordos, contratos, bem como doações, publicações classificadas como propaganda e promoções e patrocínios, praticados dentro dos limites de competência da Diretoria, estabelecidos em Deliberação própria, bem como cópia das atas das reuniões da Diretoria;
- h) designar empregado para exercer a função comissionada/ gratificada de Gerente, Coordenador, Assessor e Chefe de Divisão, bem como as substituições temporárias para os 03 (três) primeiros cargos.

**Parágrafo Único** - É facultado à Diretoria, no âmbito de sua competência, designar empregados para assinar termos de contratos, convênios e instrumentos equivalentes e também assinar cheques, endossar cheques para depósito em conta corrente da CESAN, assinar autorizações de crédito bancários, emitir ordens de pagamento e baixas patrimoniais, obedecidos os limites previamente aprovados pelo Conselho de Administração com poderes específicos para tal.

**Artigo 22º - A Companhia considerar-se-á obrigada perante terceiros:**

- a) conjuntamente, por dois membros da Diretoria, sendo um deles o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com o Cliente e o outro sendo o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter;
- b) pela assinatura conjunta do Diretor Presidente e na sua ausência qualquer Diretor e 1(um) Procurador com poderes específicos à prática de atos necessários;
- c) os mandatos em nome da Empresa deverão ser outorgados por dois Diretores em conjunto, sendo um deles ou o Diretor Presidente ou o Diretor de Relações com o Cliente e o outro qualquer um dos demais diretores.

**Artigo 23º - Compete ao Diretor-Presidente:**

- a) propor ao Conselho de Administração a convocação da Assembléia Geral;
- b) constituir procuradores com poderes especiais para, no limite de suas atribuições, defender direitos e interesses da Companhia;
- c) admitir, promover, transferir e demitir pessoal;
- d) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- e) assinar, juntamente com o Diretor de Relações com o Cliente as ações e seus títulos múltiplos e cautelas representativas, cheques, ordem de pagamento e demais documentos de responsabilidade da Companhia. Na ausência desses, com o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter, nos casos de emissão de cheques e ordens de pagamento, observados os limites estabelecidos em Deliberação própria;
- f) apresentar anualmente à Assembléia Geral Ordinária, relatório das atividades da Companhia;
- g) propor à Diretoria e se aprovado ao Conselho de Administração a criação ou extinção de órgãos, cargos e funções, bem como o quadro de pessoal e seus índices de salário e gratificações;



- h) propor à Diretoria e se aprovado ao Conselho de Administração a instalação e fechamento de sucursais, agências, seções ou escritórios;
- i) conceder licenças aos diretores;
- j) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- k) encaminhar cópia dos Relatórios de Auditoria Interna e dos Acordos Coletivos de Trabalho aos membros do Conselho de Administração para conhecimento e adoção das medidas necessárias;
- l)superintender e dirigir os negócios da Companhia;
- m) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- n) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;
- o) propor à Diretoria e se aprovado ao Conselho de Administração, as políticas e atividades de expansão da Empresa;
- p) formular e submeter à Diretoria e conduzir os planos anuais de auditoria interna da Empresa, submetendo-o à Diretoria;
- q) formular e submeter à Diretoria e conduzir os planos anuais de comunicação da Empresa;
- r) formular e submeter à Diretoria e conduzir os planos anuais de relações institucionais da Empresa;
- s) Formular e submeter à Diretoria e conduzir as ações relacionadas ao planejamento geral da Empresa.

**Artigo 24º - Compete ao Diretor de Operação do Interior:**

- a) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com a operação, distribuição dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário do interior do Estado, inclusive Guarapari e Fundão, bem como as relacionadas à comercialização, observadas as diretrizes da Diretoria de Relações com o Cliente;
- b) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades de expansão da Empresa;
- c) dirigir e promover as atividades relacionadas à pesquisa desenvolvidas pela Empresa, no âmbito do Interior do Estado;
- d) centralizar e operacionalizar o controle dos Convênios do Interior, firmados pela Empresa;
- e) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;
- f) assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou Diretor de Relações com o Cliente ou Diretor de Operação Metropolitana, os documentos que envolvam responsabilidade da Empresa, nos termos deste Estatuto;
- g) promover a orientação normativa aos órgãos da Empresa em sua área de atuação;



- h) gerir os Contratos de Concessão de sua área de atuação;
- i) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- j) exercer outras atividades relacionadas com sua área específica.

**Artigo 25º – Compete ao Diretor de Operação Metropolitana:**

- a) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com a operação, distribuição, manutenção e dos serviços de abastecimento de água da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão;
- b) dirigir e promover as atividades relacionadas à pesquisa desenvolvidas pela Empresa, no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão;
- c) centralizar e operacionalizar o controle dos Convênios firmados pela Empresa na Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão;
- d) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;
- e) assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou com o Diretor de Relações com o Cliente, as ações e seus títulos múltiplos e cautelas representativas, cheques, ordem de pagamento e demais documentos de responsabilidade da Companhia. Na ausência desses, com o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter, nos casos de emissão de cheques e ordens de pagamento, observados os limites estabelecidos em Deliberação própria;
- f) promover a orientação normativa aos órgãos da Empresa em sua área de atuação;
- g) gerir os Contratos de Concessão de sua área de atuação;
- h) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- i) exercer outras atividades relacionadas com sua área específica.

**Artigo 26º - Compete ao Diretor de Relações com o Cliente:**

- a) representar a Empresa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com os recursos humanos da Companhia e suas políticas internas, com atividades de logística, suprimentos, transporte, serviços gerais, licitações, com as atividades relacionadas ao comercial da Empresa e outros serviços que vier a prestar, assim como todos os aspectos inerentes às relações com o cliente, inclusive aqueles relacionados às comunidades, além das atividades que dizem respeito às questões econômico-financeiras e de tecnologia da informação;
- c) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer o seu controle;



- d) assinar, juntamente com o Diretor Presidente ou com o Diretor de Operação Metropolitana as ações e seus títulos múltiplos e cautelas representativas, cheques, ordem de pagamento e demais documentos de responsabilidade da Companhia. Na ausência desses, com o Diretor da respectiva área a que a matéria se submeter, nos casos de emissão de cheques e ordens de pagamento, observados os limites estabelecidos em Deliberação própria;
- e) supervisionar as finanças da Empresa, orientar a contabilidade e movimentação das contas bancárias;
- f) promover as cobranças dos créditos da Sociedade;
- g) promover a orientação normativa aos órgãos da Companhia em sua área de atuação;
- h) substituir o Presidente em suas ausências;
- i) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- j) exercer outras atividades relacionadas com a sua área específica.

**Artigo 27º - Compete ao Diretor de Meio Ambiente:**

- a) dirigir, planejar, organizar, implantar e supervisionar as atividades relacionadas com a coleta e tratamento de esgoto sanitário da Região Metropolitana da Grande Vitória, exceto Guarapari e Fundão, bem como, com aquelas relativas ao meio ambiente e suas principais vertentes, política de recursos hídricos da empresa, licenciamento ambiental e seus empreendimentos, atribuições e diretrizes relacionadas à gestão de seus resíduos sólidos e gestão da qualidade da água.
- b) supervisionar a elaboração e consolidação do orçamento da sua área específica, bem como exercer seu controle;
- c) dirigir e promover as atividades relacionadas a pesquisas desenvolvidas no âmbito da sua atuação;
- d) assinar, juntamente com o Diretor Presidente, os documentos que envolvam responsabilidade da Companhia, nos termos deste estatuto;
- e) promover estudos, quando solicitado por outras áreas do Governo, objetivando definir juntos aos municípios atendidos pela CESAN, alternativas tecnológicas para os resíduos sólidos;
- f) propor e viabilizar alternativas para destinação dos resíduos produzidos pela Empresa;
- g) promover a orientação normativa aos órgãos da Empresa em sua área de atuação;
- h) designar empregado para exercer a função comissionada/gratificada para os demais casos não compreendidos na competência da Diretoria e suas respectivas substituições temporárias e ainda as de Chefe de Divisão, em sua área de atuação;
- i) exercer outras atividades relacionadas com sua área específica.

**Artigo 28º**- Qualquer atribuição de competência de cada Diretor poderá ser submetida a exame e aprovação da Diretoria.



CAPÍTULO IV

DO BALANÇO E EXERCÍCIO SOCIAL

**Artigo 29º**- O exercício social coincidirá com o ano civil.

**Artigo 30º**- Em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á o levantamento do Balanço Geral com fiel observância às prescrições legais.

**Parágrafo primeiro - Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão:**

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal até que esta atinja 20%(vinte por cento) do capital social;
- b) uma quota destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25%(vinte e cinco por cento);
- c) uma percentagem para constituição de reservas especiais, a ser estabelecida pela Assembleia Geral.
- d) uma cota ou valor a ser distribuída aos empregados e diretores da Companhia, a título de participação, a ser definida em Assembleia Geral, observadas as diretrizes estabelecidas em instrumento normativo próprio;
- e) o saldo terá destino determinado pela Assembleia Geral;

**Parágrafo segundo** - a cota prevista na alínea "d" somente será distribuída após assegurado aos acionistas o dividendo mínimo previsto na alínea "b".

**Parágrafo terceiro** - os dividendos serão pagos nas épocas e lugares fixados pela Diretoria e, se não reclamados durante 5(cinco) anos, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO

**Artigo 31º**- No caso de dissolução da Companhia, a Assembleia Geral deliberará sobre a forma de liquidação, elegerá o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 32º**- Só será permitida a prestação de fiança, caução ou aval em nome da sociedade, nos negócios de seu interesse social.

**Artigo 33º**- Os auditores independentes poderão exercer suas funções até 2 (dois) exercícios financeiros consecutivos, vedada a prorrogação contratual, ficando contudo, admitida nos certames licitatórios subsequentes, a participação do anterior contratado.



**Parágrafo Único:** a auditoria, sempre que possível terá sentido preventivo e será realizada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e aquelas previstas em Lei.

**Artigo 34º** - As alterações e adaptações na forma de atuação da CESAN, decorrentes da Lei nº 9.772, de 28/12/2011, não poderão acarretar quaisquer prejuízos ou restrições aos direitos assegurados aos associados da FAECES.

**Artigo 35º** - Os casos omissos neste Estatuto serão interpretados e resolvidos pelo Conselho de Administração.



- Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas da CESAN, realizada no dia 27 de Abril 2012.